



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 25/09/2025

### ORDEM DO DIA

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Duda Salabert (PDT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Paulo Lemos (PSOL - AP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Duda Salabert (PDT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**José Priante (MDB - PA)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Duda Salabert (PDT - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025. Além disso, defendeu a importância da opinião crítica equilibrada, afirmando que aqueles que sempre elogiam ou sempre criticam perdem credibilidade. Ademais, ressaltou que sua posição visa dar visibilidade internacional ao que está acontecendo no País, e o evento está marcado com denúncias de corrupção, superfaturamento e má gestão, incluindo preços abusivos em hotéis. Por fim, criticou decisões do STF, que assumem caráter político e contrário à Direita.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**José Priante (MDB - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Duda Salabert (PDT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Glauber Braga (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025. Além disso, destacou a importância da convocação dos 460 aprovados no concurso do IBAMA de 2025, ressaltando que, apesar da aprovação no certame, os candidatos ainda não foram chamados. Por fim, explicou que o quadro atual de cerca de 3 mil servidores era insuficiente diante da demanda e defendeu o aumento para aproximadamente 5.700, de modo a atender questões urgentes relacionadas à emergência climática, ao licenciamento, à fiscalização e ao combate a incêndios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Sargento Fahur (PSD - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025. Além disso, manifestou preocupação com o futuro do Congresso Nacional diante da escalada dos ataques, por parte do Governo, ao Parlamento. Ademais, citou a tag "Congresso Inimigo do Povo" como exemplo de ação orquestrada e não espontânea promovida quando determinados assuntos são tratados no Congresso. Por fim, criticou o cenário como um jogo político baixo e sujo.

**Duda Salabert (PDT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 358, de 2025, que dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado solicitou esclarecimentos ao Presidente da Câmara quanto à votação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que prevê isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais e estabelece taxaço sobre os mais ricos. Citou declaração do Relator, Deputado Marcelo Crivella, que disse que a deliberação desse projeto está condicionada à apreciação do PL da anistia (Projeto de Lei nº 2.162, de 2023). Por fim, ressaltou a necessidade de transparência diante de rumores e comentários externos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

e pediu confirmação de que a votação do PL da isenção do Imposto de Renda está garantida sem condicionantes.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente esclareceu rumores sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que trata da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais, ressaltando que não há qualquer vinculação da tramitação dessa matéria a outras em debate na Câmara. Recordou que o texto foi discutido amplamente em Comissão Especial, que aprovou o relatório por unanimidade, e que a urgência também foi aprovada em Plenário, com apoio de todos os partidos. Ainda, destacou que o Relator apresentou o conteúdo no Colégio de Líderes, reforçando a maturidade da proposta. Por fim, confirmou que a pauta de votação está confirmada, e que a medida tem o potencial de beneficiar mais de 15 milhões de brasileiros.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei (PL) nº 2.234, de 2023, que altera a redação de dispositivos do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Criticou o PL por apresentar distorções, como a vinculação de multas de trânsito ao Fundo Nacional de Segurança Pública, retirando a flexibilidade orçamentária local. Além disso, destacou a ampliação indevida da atuação da União e o condicionamento de recursos à criação de carreiras, interferindo na autonomia de Estados e Municípios.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de lei nº 2.234, de 2023, que altera redação de dispositivos do artigo 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Além disso, destacou que, em razão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, da Segurança Pública, foi firmado acordo para votar o mérito da proposta, em discussão, mas adiar a sua redação final até a conclusão da análise da PEC.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente esclareceu que o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de lei nº 2.234, de 2023, em discussão, que inclui guardas municipais e agentes de trânsito no acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública representa uma sinalização clara de reconhecimento ao trabalho dessas categorias. Também destacou que a Proposta de Emenda Constitucional nº 18, de 2025, da Segurança Pública, fará uma discussão mais ampla sobre o tema e deve englobar a proposta, evitando sobreposição legislativa.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado reforçou que agentes de trânsito têm buscado os gabinetes para apresentar emendas à Proposta de Emenda Constitucional nº 18, de 2025, da Segurança Pública, solicitando o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

apoio dos Parlamentares. Reforçou que a suspensão da votação da redação final do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de lei nº 2.234, de 2023, permitirá o tempo necessário para dialogar sobre esses ajustes e avaliar as contribuições apresentadas.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.234, de 2023, que altera redação de dispositivos do artigo 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado elogiou o mérito do Projeto de Lei nº 2.234, de 2023, que destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para as Guardas Municipais, destacando a importância dessas instituições para a segurança dos cidadãos. No entanto, divergiu de argumentos apresentados por outro Parlamentar, criticando a correlação feita entre a letalidade criminal no Brasil, que chega a quase 40 mil mortes anuais, e os casos de resistência policial, que representariam menos de 10% desse total, variando por Estado.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado criticou o Senado após a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, a chamada PEC das Prerrogativas, aprovada anteriormente na Câmara. Defendeu que a proposta não visava proteger corruptos, mas sim resguardar Parlamentares daquilo que considera perseguição política do Supremo Tribunal Federal contra políticos de Direita. Argumentou ainda que a Constituição já previa tais prerrogativas e que a Câmara tem instrumentos para punir seus próprios membros, lembrando o caso de Daniel Silveira. Ademais, atacou decisões do Supremo, acusando-o de agir com parcialidade e motivação política, e afirmou que a maioria da Câmara votou corretamente para se proteger de um tribunal que agiria como “de exceção”. Concluiu, repudiando o Senado e conclamando a Direita a resistir com firmeza diante do que considera injustiças do Judiciário.

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado criticou o aumento do IPCA-15, que registrou alta de 0,48% em setembro, apontando impacto direto nos preços da habitação e no custo de vida da população. Responsabilizou o Governo pela situação econômica, afirmando que a gestão gasta mais do que arrecada e aposta em medidas assistencialistas em vez de promover crescimento. Alertou para riscos futuros de insuficiência de arrecadação e cortes em áreas como saúde, educação e segurança. Também acusou o Ministro da Fazenda de ter mentido ao atribuir ao Governo a inclusão da proteína animal na cesta básica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

Informou que a política econômica atual mantém o povo dependente e não estimula o desenvolvimento nacional.

**Enfermeira Ana Paula (PODE - CE)** - A Deputada abordou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.222 no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata do piso salarial da enfermagem. Lembrou que, apesar da aprovação da lei no Congresso, o pagamento do piso foi suspenso por decisão liminar do STF em 2022, e destacou que o Ministro Dias Toffoli pediu vista do processo. Defendeu que a base de cálculo não considere jornada de 44 horas, mas sim de 30 horas semanais, realidade da categoria. Ressaltou ainda que enfermeiros, técnicos e auxiliares do setor privado continuam sem receber o piso devido a negociações impostas por decisão judicial, que podem se arrastar por anos. Por fim, fez um apelo aos Ministros do STF para que assegurem o cumprimento da lei aprovada pelo Parlamento.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado criticou a condução do processo eleitoral de 2022 e apontou interferências que prejudicaram a disputa. Afirmou que não houve paridade de condições e citou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, a quem atribuiu falta de isenção por vínculos políticos. Destacou que temas como o posicionamento do Governo sobre ditaduras e aborto foram impedidos de serem discutidos durante a campanha. Relatou ainda a suspensão de suas redes sociais após declarações sobre os atos de 8 de janeiro e acusou o Governo de liberar recursos para fins eleitorais. Por fim, defendeu Jair Bolsonaro, alegando que o ex-Presidente foi alvo de injustiças, e alertou para riscos de novas fraudes eleitorais e de enfraquecimento do papel do Congresso.

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado anunciou a conclusão do relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, sobre a aposentadoria especial para agentes de saúde e combate às endemias. Informou que o documento será apresentado em 1º de outubro, adequado ao Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, do Senado Federal, para incluir idade mínima, garantindo justiça a 400 mil agentes.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado celebrou a aprovação da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, que institui o Programa Agora Tem Especialistas, permitindo que hospitais e clínicas privadas ofereçam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) em troca de compensações tributárias. Além disso, explicou que o texto inclui telemedicina (com ênfase em oftalmologia infantil), reforço à diálise e mecanismos de transparência. Informou ainda que o programa tem vigência até 2030, prevendo renúncia fiscal de R\$ 2 bilhões anuais, tratada como investimento em saúde e redução de filas. Por fim, reiterou seus cumprimentos ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ao Relator Senador Otto Alencar, e reafirmou o compromisso do Republicanos com políticas públicas sustentáveis e efetivas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a abertura de 80 vagas de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para quilombolas e sem-terra via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), sem Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Afirmou que a medida, apresentada como inclusão, na prática gera segregação e um “vestibular de segunda categoria”, alimentando preconceito e fragilizando a permanência estudantil. Além disso, defendeu que a verdadeira reparação seria garantir igualdade real de condições — com ensino básico de qualidade, bolsas, moradia e apoio — e não atalhos paliativos que reforçam estigmas. Concluiu que a política não é vitória, mas armadilha que maquia desigualdades em vez de superá-las.

**Stefano Aguiar (PSD - MG)** - O Deputado celebrou os 35 anos do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando sua criação pela Constituição de 1988 como fruto do clamor popular por saúde universal e dever do Estado. Recordou que, antes do SUS, o acesso era restrito à renda ou vínculo empregatício, enquanto hoje cada cidadão tem direito garantido ao atendimento. Destacou a relevância do SUS para a vacinação, erradicação de doenças e atendimento diário em postos e hospitais. Reconheceu, contudo, desafios como a valorização dos profissionais, a ampliação de investimentos, a modernização das estruturas e a gestão transparente. Comprometeu-se a lutar por mais recursos, inovação e respeito ao SUS, defendendo sua preservação como uma causa de toda a sociedade. Ao final, parabenizou os trabalhadores da saúde.

**Tião Medeiros (PP - PR)** - O Deputado alertou que um terço dos Municípios não paga o piso nacional do magistério, destacando o caso do Paraná, onde 34,1% das Prefeituras descumprem a lei. Ressaltou que um salário indigno desrespeita o professor e criticou a falta de prioridade dos Prefeitos. Ademais, lembrou que a educação não é despesa, mas investimento. Além disso, defendeu a responsabilização de Prefeitos e Governadores que violam a legislação e cobrou do Governo Federal, do Ministério da Educação (MEC) e dos órgãos de controle, políticas sérias de apoio aos Municípios e fiscalização rigorosa da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Sugeriu ainda a criação de um plano nacional de valorização docente com metas de equiparação salarial e mecanismos de cofinanciamento federativo. Ao final, reafirmou seu compromisso de lutar pela valorização do magistério.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado alertou sobre a temporada de chuvas no Estado do Rio de Janeiro, lembrando que as regiões serranas, a Baixada Fluminense e áreas de encosta sofrem anualmente com deslizamentos e mortes causadas pela combinação de solo encharcado, ocupação irregular e falta de infraestrutura. Ademais, defendeu medidas de prevenção, capacitação da Defesa Civil, com orientação da população, mapeamento de áreas de risco, remoção de famílias, obras de contenção e drenagem. Ressaltou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 198.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/09/2025

ainda que é mais barato, eficiente e humano investir em prevenção do que reconstruir após tragédias. Além disso, recordou a catástrofe de 2011 na Região Serrana, que vitimou mais de 900 pessoas, e cobrou ação conjunta do Governo Federal, Estadual e Municípios. Ao final, reafirmou seu compromisso de cobrar e fiscalizar a implementação dessa agenda.

**Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP)** - O Deputado chamou atenção para a persistência do preconceito no ambiente de trabalho, lembrando que o Ministério Público do Trabalho recebeu 515 denúncias de discriminação por cor, origem ou etnia apenas nos primeiros sete meses do ano, além de 718 casos em 2023. Destacou também o racismo religioso, citando a demissão de um trabalhador em Brasília por intolerância, situação em que a Justiça reconheceu discriminação e determinou indenização. Ademais, ressaltou que mulheres negras são as mais vulneráveis, recebendo salários 52,5% menores que os de homens negros. Orientou ainda sobre canais de denúncia, como o Disque 100, e a importância de provas testemunhais. Além disso, reforçou que a Lei nº 9.029, de 1995, proíbe discriminação racial no trabalho e prevê sanções a empresas. Concluiu afirmando que a discriminação segrega e desumaniza.

**Acácio Favacho (MDB - AP)** - O Deputado destacou a aprovação, pelo IBAMA, da Avaliação Pré-Operacional da Petrobras para exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, considerada o último passo antes da licença ambiental para perfuração. Ressaltou que a decisão reconheceu a robustez da estrutura da estatal e solicitou ajustes no plano de proteção à fauna. Também enfatizou que a exploração na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, representa potencial estratégico para o Brasil. Ademais, enfatizou que o projeto garantirá empregos, arrecadação, investimentos em infraestrutura e autonomia econômica ao Amapá, desde que aliado à sustentabilidade. Por fim, afirmou que o Estado deve ser protagonista, garantindo que a riqueza do petróleo se converta em benefícios sociais.

## ENCERRAMENTO